

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – PMDB
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PRB
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – PROPOSIÇÕES DE LEI**
- 2 – ATAS**
 - 2.1 – Plenário
 - 2.2 – Comissões
- 3 – EDITAL DE CONVOCAÇÃO**
 - 3.1 – Plenário
- 4 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 5 – ERRATA**



PROPOSIÇÕES DE LEI

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.966

Dá denominação a escola estadual de ensino médio localizada no Município de Manhuaçu.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica denominada Escola Estadual Antonio Silva Rocha a escola estadual de ensino médio localizada na Rua José Adolfo Assad, nº 95, no Distrito de Vilanova, no Município de Manhuaçu.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 20 de junho de 2018.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.967

Declara de utilidade pública a Associação Pedagógica Parsifal, com sede no Município de Juiz de Fora.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Pedagógica Parsifal, com sede no Município de Juiz de Fora.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 20 de junho de 2018.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.968

Dá denominação ao fórum da Comarca de Botelhos.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica denominado Fórum Dr. Benedito Magno Passos o fórum da Comarca de Botelhos.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 20 de junho de 2018.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário



ATAS

ATA DA 52ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 21/6/2018

Presidência da Deputada Marília Campos

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Correspondência: Ofícios – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 5.265, 5.266 e 5.268/2018; Requerimentos nºs 11.155 a 11.157 e 11.164 a 11.189/2018; Requerimentos Ordinários nºs 3.243 e 3.244/2018 – Proposições Não Recebidas: Requerimento nº 11.001/2018 – Comunicações: Comunicação da Comissão de Administração Pública – Questão de Ordem – Oradores Inscritos: Discursos dos deputados Sargento Rodrigues e João Leite – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Decisão da Presidência – Comunicação da Presidência – Leitura de Comunicações – Despacho de Requerimentos: Requerimento Ordinário nº 3.243/2018; deferimento – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes – Lafayette de Andrada – Dalmo Ribeiro Silva – Inácio Franco – Rogério Correia – Alencar da Silveira Jr. – Arlen Santiago – Antonio Carlos Arantes – Antonio Lerin – Arlete Magalhães – Bosco – Cabo Júlio – Cristiano Silveira – Dirceu Ribeiro – Duarte Bechir – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Fábio Cherem – Fred Costa – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – Isauro Calais – João Leite – João Vítor Xavier – Leandro Genaro – Léo Portela – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Noraldino Júnior – Nozinho – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Tiago Ulisses – Vanderlei Miranda.

Abertura

A presidente (deputada Marília Campos) – Às 14h9min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte**1ª Fase (Expediente)****Ata**

– O deputado João Leite, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

– O deputado Sargento Rodrigues, 1º-secretário *ad hoc*, lê a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Sr. Bruno Ferreira Costa, subsecretário de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas aos Projetos de Lei nºs 5.105/2014, 2.680 e 3.047/2015, 4.084 e 4.691/2017 e 4.897 e 4.946/2018, em atenção a pedidos de diligência da Comissão de Justiça. (– Anexem-se o ofício e as notas técnicas aos respectivos projetos.)

Do Sr. Bruno Ferreira Costa, subsecretário de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 4.714/2017, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Bruno Ferreira Costa, subsecretário de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.987/2017, da Comissão de Participação Popular.

Do Sr. Bruno Ferreira Costa, subsecretário de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.991/2017, da Comissão de Participação Popular.

Do Sr. Bruno Ferreira Costa, subsecretário de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 10.533/2018, da deputada Ione Pinheiro.

Do Sr. Bruno Ferreira Costa, subsecretário de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 10.535/2018, da Comissão de Participação Popular.

Do Sr. Bruno Ferreira Costa, subsecretário de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil e de Relações Institucionais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 10.783/2018, da Comissão de Transporte.

Da Marph Serviços e Soluções em TI Ltda., prestando informações relativas ao Requerimento nº 10.635/2018, da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas.

2ª Fase (Grande Expediente)**Apresentação de Proposições**

A presidente – A presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 5.265/2018

Declara de utilidade pública a Associação Cochanina Águas do Norte, com sede no Município de Montalvânia.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Cochanina Águas do Norte, com sede no Município de Montalvânia.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 20 de junho de 2018.

Deputado Paulo Guedes, Presidente da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização (PT).

Justificação: A Associação Cochanina Águas do Norte tem como finalidade, entre outras, promover, estimular e apoiar ações e trabalhos em defesa e para conservação, preservação e recuperação do meio ambiente, do patrimônio paisagístico e dos bens e valores culturais, prioritariamente no âmbito da Bacia do Rio São Francisco e ecossistemas associados.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Meio Ambiente, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 5.266/2018

Dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos comerciais utilizarem canudos de material biodegradável feito de papel, no âmbito do Estado de Minas Gerais.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – É obrigatória a utilização de canudos fabricados de material biodegradável feito de papel em todos os estabelecimentos comerciais do Estado de Minas Gerais.

Art. 2º – Cada estabelecimento que descumprir essa medida, será multado no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Parágrafo único – Caso haja reincidência, a multa deverá ser cobrada em dobro.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 18 de junho de 2018.

Deputado Carlos Henrique (PRB)

Justificação: Os canudos feitos de plásticos degradam muito o meio ambiente, em cada região do Estado de Minas Gerais, vemos milhares de bares, restaurantes, quiosques que utilizam esses canudos em grande escala. Uma forma de colaborar com a manutenção da vida em nosso planeta, é modificar o material desses canudos para um material reciclável, que gere menos poluição. Os canudos de papel biodegradáveis são uma forma mais limpa de colaborar com a manutenção do nosso planeta.

Cada estabelecimento que descumprir essa medida, será multado no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), valor este, que será dobrado caso haja reincidência.

O objetivo do Projeto não é extinguir os canudos, mas sim recriá-los de um material sustentável e reciclável, como uma forma de ajudar a combater o aquecimento global.

– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado Dalmo Ribeiro Silva. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 5.241/2018, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 5.268/2018

Declara de utilidade pública a Associação dos Moradores do Bairro Presidente, com sede no Município de Matozinhos.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública a Associação dos Moradores do Bairro Presidente, com sede no Município de Matozinhos.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 13 de junho de 2018.

Deputado Iran Barbosa (MDB)

Justificação: A Associação dos Moradores do Bairro Presidente (ABP), localizada em Matozinhos, é uma organização social de interesse público, constituída na forma de associação civil sem fins partidários nem econômicos. A entidade possui cunho assistencial e comunitário tendo por objetivo maior a melhoria da qualidade de vida em sua área de atuação. Ante o exposto, sendo a Associação dos Moradores do Bairro Presidente (ABP) de amplo interesse social e assistencial, e cumpridos os demais requisitos legais, nos moldes da documentação anexa, este signatário conta com o apoio dos nobres pares à aprovação deste projeto.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 11.155/2018, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Superintendência Estadual da Diretoria Regional da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT – pedido de providências para que não sejam fechadas as agências de correios do Vale do Aço, em especial a da Praça 29 de Abril, no Município de Timóteo, e a do Bairro Bom Jardim, no Município de Ipatinga. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 11.156/2018, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT– pedido de providências para que não haja fechamento de agências e demissão de funcionários, previstos no Relatório Vican nº 002/2018 dos Correios. (– À Comissão do Trabalho.)

Nº 11.157/2018, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Superintendência Estadual da Diretoria Regional da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos em Belo Horizonte e à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT – pedido de providências para que sejam suspensos o fechamento das agência dos Correios e as demissões de funcionários da ECT no Estado. (– À Comissão do Trabalho.)

Nº 11.164/2018, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para redução imediata do ICMS incidente sobre óleo diesel para os caminhoneiros individuais e empresas transportadoras de suprimentos hospitalares. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 11.165/2018, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que requer sejam formuladas manifestações de repúdio ao governador do Estado, à Cemig, à Caixa Econômica Federal e à Câmara dos Deputados em virtude do iminente fim da relação contratual que possibilita às casas lotéricas realizarem o recebimento de contas de energia.

Nº 11.166/2018, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a falta de medicamentos no Município de Montes Claros e sobre a previsão para a regularização do seu abastecimento. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 11.167/2018, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a falta de medicamentos e fitas para medição de glicose no Município de Alto Caparaó e sobre a previsão para a regularização do seu abastecimento. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 11.168/2018, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao procurador-geral de justiça pedido de informações sobre as possíveis medidas a serem tomadas para assegurar o cumprimento do art. 14 da Lei Complementar nº 141, de

2012, de forma a garantir que o secretário de Saúde seja o responsável pela gestão dos recursos financeiros da área, e não o secretário de Fazenda, como acontece hoje no Estado. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 11.169/2018, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre ações concretas da prevenção à dengue, à febre chikungunya e à zika, volume de investimentos, metas e resultados. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 11.170/2018, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre os motivos de essa secretaria manter 25 ambulâncias do Samu paradas e inutilizadas no galpão localizado no Bairro Padre Eustáquio, na região Noroeste de Belo Horizonte, conforme divulgado pelo jornal "O Tempo", em 15/5/2018. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 11.171/2018, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para que se proceda à liberação do valor de R\$100.000,00, referente à Resolução nº 6.013, bem como à liberação de um veículo de aquisição direta para o Município de Capelinha, proveniente de emenda de autoria do deputado Arlen Santiago.

Nº 11.172/2018, da Comissão de Saúde, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Associação Mineira de Medicina do Trabalho – Amint – pela comemoração do seu jubileu de ouro.

Nº 11.173/2018, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências com vistas à construção de um hospital para o tratamento do câncer no Município de Capelinha, para atender aos municípios da Região Ampliada de Saúde Jequitinhonha, com o envio de equipe técnica ao local para analisar a situação da região, a fim de se embasar esse estudo.

Nº 11.174/2018, da Comissão de Saúde, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Sra. Cláudia Borém Pimenta de Figueiredo, com os Srs. Eduardo de Moraes e Farley Carneiro e com os demais diretores e conselheiros eleitos para a nova diretoria da Unimed Norte de Minas para o período de 2018 a 2021.

Nº 11.175/2018, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para se agilizar o repasse aos consórcios Cisrun, Cisorje e Cirsru das ambulâncias do Samu doadas ao Estado pelo Ministério da Saúde, haja vista que essas ambulâncias estão paradas em galpão no Bairro Padre Eustáquio, segundo notícia divulgada pelo jornal "O Tempo" em 15/5/2018.

Nº 11.176/2018, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que se proceda à liberação do valor de R\$100.000,00, referentes à Resolução nº 6.013, bem como à liberação de um veículo de aquisição direta para o Município de Capelinha, proveniente de emenda de autoria do deputado Arlen Santiago.

Nº 11.177/2018, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências, acompanhado do Ofício nº 746/2018, recebido do Ministério da Saúde, em resposta ao Requerimento nº 9.443/2017, para que sejam enviadas ao referido ministério informações detalhadas sobre o histórico mensal da dispensação de órtese, prótese e meios auxiliares de locomoção, número da demanda reprimida, quantidade, valor correspondente, valores atuais repassados pela secretaria e o diagnóstico situacional das pessoas com deficiência no Estado, por região de saúde, a fim de subsidiar a análise da viabilidade técnica para a recomposição dos preços desses itens e do impacto financeiro correspondente ao aumento do teto.

Nº 11.178/2018, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Secretaria de Estado de Saúde – SES –, ao Ministério da Saúde – MS – e ao deputado Federal Marcus Pestana pedido de providências para que sejam adotadas, de imediato, as iniciativas necessárias ao enfrentamento e ao controle do surto de meningite que assola a cidade de Riachinho.

Nº 11.179/2018, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado às Secretarias de Estado de Saúde e de Planejamento e Gestão pedido de providências com vistas ao pagamento dos recursos relativos ao 2º quadrimestre de 2017 devidos ao Centro Estadual de Assistência Especializada de Muriaé.

Nº 11.180/2018, do deputado Coronel Piccinini, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona pela brilhante atuação, em 13/6/2018, em Bicas, na Operação Desmanche, deflagrada pela equipe de operações comandada pelo 2º-Sgt. PM Giovanni Alves da Silva, do 2º Pelotão da 136ª Companhia do 2º Batalhão de Polícia Militar, que resultou na recuperação de uma motocicleta furtada em Astolfo Dutra, uma motocicleta furtada em Tocantins, uma motocicleta com a placa adulterada, uma motocicleta sem licenciamento, celulares, relógios e diversos outros objetos; na detenção de seis homens e na apreensão de um menor. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 11.181/2018, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido providências para a regularização do pagamento dos servidores públicos estaduais com a maior brevidade possível, a fim de evitar maiores prejuízos ao atendimento dos usuários dos serviços públicos prestados pelo Estado e à continuidade desses serviços em áreas essenciais como educação, saúde e segurança.

Nº 11.182/2018, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao presidente do Tribunal de Contas pedido de informações consubstanciadas em cópia do relatório final com o levantamento que apontou que mais de cem mil servidores públicos do Estado estariam, supostamente, acumulando ilegalmente cargos públicos no Estado, em obediência ao disposto no art. 70 da Constituição Federal e no art. 73 da Constituição do Estado. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 11.183/2018, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado pedido de providências com vistas à análise e à adoção de medidas, se necessárias, relativamente aos valores pagos aos membros do Ministério Público, muito acima do teto constitucional, conforme tabelas publicadas no Portal da Transparência, no período de dezembro de 2017 até 20 de junho de 2018, em obediência ao disposto no art. 70 da Constituição Federal e no art. 73 da Constituição do Estado.

Nº 11.184/2018, da Comissão Extraordinária das Mulheres, em que requer seja encaminhado ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Minas Gerais – Caopp – e às Promotorias de Justiça do Ministério Público em Contagem pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 10ª Reunião Extraordinária, realizada em 18/6/2018, para que sejam averiguadas as denúncias relativas ao atendimento prestado pela rede pública municipal de saúde desse município, em particular nos centros de atenção psicossocial, e para que se promovam as ações consideradas cabíveis nesse caso. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 11.185/2018, da Comissão Extraordinária das Mulheres, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Chefia da Polícia Civil pedido de providências para melhoria da infraestrutura da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher em Contagem, no que se refere a recursos humanos e administrativos. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 11.186/2018, da Comissão Extraordinária das Mulheres, em que requer seja encaminhado à Prefeitura de Contagem pedido de providências com vistas à recuperação da estrutura predial e cessão do espaço localizado na Rua Dez, nº 30, no Bairro São Mateus, em Contagem, para o Coletivo de Mulheres São Mateus. (– À Comissão de Direitos Humanos.)

Nº 11.187/2018, da Comissão Extraordinária das Mulheres, em que requer seja encaminhado ao Conselho Municipal de Saúde de Contagem pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 10ª Reunião Extraordinária, realizada em 18/6/2018, para que sejam averiguadas as denúncias sobre o atendimento prestado pela rede pública municipal de saúde desse município, em particular nos centros de atenção psicossocial, e para que se promovam as ações consideradas cabíveis nesse caso. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 11.188/2018, da Comissão Extraordinária das Mulheres, em que requer seja encaminhado à Prefeitura de Contagem e à Secretaria de Saúde desse município pedido de informações, acompanhado das notas taquigráficas da 10ª Reunião Extraordinária, realizada em 18/6/2018, sobre o atendimento prestado pela rede pública municipal de saúde desse município, em particular nos centros de atenção psicossocial, tendo em vista as denúncias feitas nessa reunião. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 11.189/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja formulado voto de congratulações com o prefeito de São Sebastião da Bela Vista, Sr. Augusto Hart Ferreira, pelo destaque do município no Prêmio Mineiro de Gestão de Boas Práticas – BH, ficando em 1º lugar na categoria Economia, com o programa "Avança Bela Vista: Rumo à economia de sucesso", e 2º Lugar na categoria Educação, com o programa "Pais na Escola". (– À Comissão de Assuntos Municipais.)

REQUERIMENTOS ORDINÁRIOS

Nº 3.243/2018, do deputado Coronel Piccinini, em que requer a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 5.172/2018.

Nº 3.244/2018, do deputado Léo Portela, em que requer seja encaminhado à Mesa da Assembleia pedido de providências para que sejam adotadas medidas a fim de reduzir em 50% a remuneração dos parlamentares desta Casa. (– À Mesa da Assembleia.)

Proposições Não Recebidas

– A presidência, nos termos do inciso II do art. 173 do Regimento Interno, deixa de receber a seguinte proposição:

REQUERIMENTO Nº 11.001/2018

Do deputado Léo Portela em que requer seja encaminhado à Mesa da Assembleia pedido de providências para redução da remuneração dos parlamentares em 50%.

Comunicações

– É também encaminhada à presidência comunicação da Comissão de Administração Pública.

Questão de Ordem

O deputado João Vítor Xavier – Obrigado, presidente. Venho fazer um apelo ao governo do Estado a respeito do pagamento dos servidores da educação. Na tarde de ontem, recebi uma ligação comovente de uma servidora aposentada, uma mulher que passou a sua vida se dedicando à educação. Ela foi minha professora na cidade de Caeté. Conheço sua vida, sua luta, sua história. Ela me falou da sua tristeza ao abrir a sua conta bancária pela internet e perceber que havia R\$500,00 depositados. Não há pai de família, não há mãe de família que possa sustentar seus filhos, cuidar da sua família, da sua saúde, pagar os seus remédios, os seus medicamentos, com R\$500,00. É impossível alguém sobreviver com R\$500,00, em especial uma pessoa que dedicou sua vida à educação, que dedicou a sua vida a educar jovens, a formar cidadãos, a formar pessoas no nosso Estado. Estou apresentando um requerimento na Comissão de Educação, da qual sou membro efetivo, pedindo ao governo do Estado que priorize o pagamento dos servidores, efetivando-o antes de qualquer outro pagamento, antes de pagar a dívida com a União, antes de pagar a dívida com bancos internacionais, antes de pagar qualquer tipo de financiamento que o Estado tenha, e até mesmo que renegocie com fornecedores, com prestadores de serviço do Estado, com empresas que fazem obras no Estado. Que renegocie com essas empresas, mas que não deixe de pagar o sagrado direito do funcionário público, que só tem aquilo ali para viver, em especial os nossos aposentados, os nossos pensionistas e os professores que estão na ativa. Como uma professora sai de casa, deixando seus filhos, às 6 horas da manhã, para ir para a escola dar aula, sabendo que não tem dinheiro para pagar o supermercado, para deixar compra em casa para o seu filho? Não há nada mais importante e sagrado no mundo do que o salário de quem se levanta da cama pela manhã e vai prestar um serviço. E mais, não há nada mais sagrado do que o salário de um educador, de quem devota sua vida à educação, a formar as próximas e futuras gerações. Fiquei comovido, triste como servidor e homem público que sou, ao receber uma ligação de uma professora minha dizendo

que abriu a sua conta e viu que tinha apenas R\$500,00. Não é possível alguém viver com mínima dignidade tendo R\$500,00 em sua conta para pagar suas despesas e para sustentar a sua família. Quero pedir o apoio de V. Exa., deputada, pois sei que é uma lutadora da educação, tem uma vida de luta também por essa causa dos colegas, dos pares da Casa. É importante a Assembleia se fazer presente nesse debate. Sabemos das dificuldades do Brasil, do Estado de Minas Gerais e dos municípios, enfim, sabemos de todas as dificuldades e não estamos aqui para fazer demagogia. Mas é papel desta Casa fazer a intermediação entre esses servidores e o governo do Estado para que se encontre uma solução dentro do manejo de despesas do Estado para que o pagamento dos servidores seja uma prioridade. Não há nada mais importante, mais primordial, mais fundamental e mais justo do que, em qualquer circunstância, antes de pagar qualquer conta, qualquer valor, qualquer dívida, qualquer empréstimo, qualquer fornecedor do Estado, pagar ao professor, pagar ao funcionário público, em especial pagar ao aposentado, que, a essa altura da vida, muitas vezes mal dá conta de pagar os seus remédios e as suas despesas médicas com o que ganha de aposentadoria, ainda mais tendo apenas R\$500,00 para dar conta de tantas despesas que fazem parte da sua vida. Portanto, quero conclamar todos os colegas desta Casa, da base de governo, do Bloco Independente e da oposição, para que possamos juntos discutir com o governo uma solução para essa situação. Não há nada mais importante do que o pai e a mãe de família que trabalham para o Estado – ou aqueles que trabalharam também – terem o seu salário pago, quitado, em dia ou, pelo menos, naquele dia em que o governo se comprometeu pagá-lo. Vamos deixar outras questões em segundo plano e priorizar o pagamento. Fica a minha solidariedade a todos esses profissionais, a minha palavra de apoio a todos eles e aqui a minha disposição de participar, junto com a Comissão de Educação, presidida pela deputada Celise Laviola, junto com os outros colegas, do diálogo com o governo, para que essa situação seja resolvida. Prioridade já para o pagamento dos professores! Muito obrigado, presidente.

Oradores Inscritos

– Os deputados Sargento Rodrigues e João Leite proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

A presidente – Não havendo outros oradores inscritos, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

A presidência, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 79, c/c o art. 81, do Regimento Interno, e tendo em vista a Portaria da Diretoria-Geral nº 17/2018, de 24/4/2018, decide suspender as atividades legislativas desta Casa das 8 horas às 14 horas e 30 minutos do dia 22 de junho deste ano e após as 12 horas do dia 27 de junho deste ano, em virtude da realização de jogos da seleção brasileira de futebol na Copa do Mundo de 2018, nessas datas.

A presidência informa ao Plenário que o horário de funcionamento do setor de protocolo de proposições no dia 22 de junho de 2018 será das 14 horas e 30 minutos às 18 horas e 30 minutos; e que no dia 27 de junho de 2018 será das 8 às 12 horas.

Mesa da Assembleia, 21 de junho de 2018.

Marília Campos, no exercício da presidência.

Comunicação da Presidência

A presidência informa ao Plenário que foram aprovados, nos termos do parágrafo único do art. 103 do Regimento Interno, os Requerimentos n°s 11.165/2018, da Comissão de Defesa do Consumidor, 11.171 a 11.179/2018, da Comissão de Saúde, e 11.181 e 11.183/2018, da Comissão de Administração Pública. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Leitura de Comunicações

– A seguir, a presidente dá ciência ao Plenário da comunicação apresentada nesta reunião pela Comissão de Administração Pública – aprovação, na 8ª Reunião Ordinária, em 20/6/2018, dos Requerimentos n°s 10.883, 10.995 e 10.997/2018, do deputado Duarte Bechir, 10.928/2018, da Comissão de Direitos Humanos, 11.000/2018, do deputado Léo Portela, 11.060/2018, do deputado Gil Pereira, 11.073/2018, do deputado Antonio Lerin, e 11.077/2018, do deputado Ricardo Faria (Ciente. Publique-se.).

Despacho de Requerimentos

– A seguir, a presidente defere, nos termos do inciso VIII do art. 232 do Regimento Interno, o Requerimento Ordinário n° 3.243/2018, do deputado Coronel Piccinini, em que solicita a retirada de tramitação do Projeto de Lei n° 5.172/2018 (Arquive-se o projeto.).

Encerramento

A presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de segunda-feira, dia 25, às 10h30min, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 13ª REUNIÃO ESPECIAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 18/6/2018

Presidência do Deputado Dalmo Ribeiro Silva

Sumário: Comparecimento – Abertura – Ata – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Registro de Presença – Execução do Hino Nacional – Exibição de Vídeo – Palavras do Deputado Cristiano Silveira – Entrega de Placas – Palavras do Sr. Roberto Gil Rodrigues Almeida – Palavras do Presidente – Palavras do Sr. Kléber Gonçalves Glória – Palavras do Sr. José Ricardo Martins da Silva – Palavras do Sr. Charles Okama de Souza – Palavras do Sr. Marcelo Bregagnoli – Palavras do Presidente – Apresentação Musical – Encerramento – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados:

Dalmo Ribeiro Silva – Cristiano Silveira.

Abertura

O presidente (deputado Dalmo Ribeiro Silva) – Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

Ata

– O presidente, nos termos do § 2º do art. 39 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada, e a subscreve.

Destinação da Reunião

O locutor – Destina-se esta reunião a comemorar os 10 anos da Lei n° 11.892/2008.

Composição da Mesa

O locutor – Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. deputado f Reginaldo Lopes; Roberto Gil Rodrigues Almeida, presidente do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – Conif – e reitor do Instituto Federal do Triângulo Mineiro – IFTM; Kléber Gonçalves Glória, reitor do Instituto Federal de Minas Gerais – IFMG; José Ricardo Martins da Silva, reitor do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – IFNMG; Charles Okama de Souza, reitor do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais – IF Sudeste MG; Marcelo Bregagnoli, reitor do Instituto Federal do Sul de Minas Gerais – IF Sul de Minas; e Márcio Rosa Portes, subsecretário de Ensino Superior da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; e deputado Cristiano Silveira, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Registro de Presença

O locutor – Gostaríamos de registrar a presença neste evento do Exmo. Sr. Prof. Wladimir Coelho, superintendente de Desenvolvimento do Ensino Médio da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais.

Execução do Hino Nacional

O locutor – Convidamos os presentes para ouvir o Hino Nacional, que será executado pelos professores do Polo Musical e Artes Cênicas da Educação Integral Integrada de Barbacena.

– Procede-se à execução do Hino Nacional.

Exibição de Vídeo

O locutor – Assistiremos agora a um vídeo comemorativo dos 10 anos da Lei nº 11.892/2008.

– Procede-se à exibição do vídeo.

Palavras do Deputado Cristiano Silveira

Boa noite a todas e a todos. Quero cumprimentar o deputado Dalmo Ribeiro Silva, 2º-vice-presidente da Assembleia, que está representando o presidente Adalclever Lopes e presidindo a reunião de hoje. Obrigado, deputado Dalmo Ribeiro Silva. Vocês perceberam que o deputado federal Reginaldo Lopes precisou se ausentar, pois já tinha um compromisso. Contudo, ele fez questão de passar aqui e estar conosco no início da reunião. O deputado Reginaldo Lopes é muito conhecido dos colegas que estão aqui, dos diretores e dos reitores pela luta que travou, nos últimos anos dos seus mandatos, para o fortalecimento da educação superior e da educação tecnológica no País. Ao mesmo tempo em que ele é um grande articulador dos programas, do orçamento e dos recursos, ele também é um grande entendedor da política educacional do Brasil. Então, o deputado Reginaldo tem sido uma inspiração para nós que entendemos a educação como um instrumento da boa revolução de progresso de uma nação.

Quero cumprimentar o professor Roberto Gil Rodrigues Almeida, presidente do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e reitor do Instituto Federal do Triângulo Mineiro. Obrigado, professor, pela presença. Cumprimento ainda o Sr. Kléber Gonçalves Glória, reitor do Instituto Federal de Minas Gerais – também agradecemos pela sua presença, professor; o Sr. José Ricardo Martins da Silva, reitor do Instituto Federal do Norte de Minas; o Sr. Charles Okama de Souza, reitor do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais; o Sr. Marcelo Bregagnoli, reitor do Instituto Federal do Sul de Minas Gerais; e o Sr. Márcio Rosa Portes, subsecretário de Ensino Superior da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Quero também cumprimentar os diretores e pró-reitores – e espero que eu tenha anotado o nome de todos – do Instituto Federal do Sul de Minas: Francisco de Paula, Carlos Renato, João Paulo Gomes, Thiago Caproni, Cleber Ávila, Honório Neto e Sindynara Ferreira; do Instituto Federal de Minas Gerais: Lawrence Andrade, Neimar Duarte, Leandro Conceição, Olímpia Marta, Carlos Bernardes, Wanda Bitencourt, Márcio Rezende, Welinton La Fontaine – meu francês está um pouco precário e peço desculpas ao Welinton –, Harley Torres e Oiti de Paula; do Instituto Federal do Norte de Minas: Aécio de Miranda, Joaquina da Silva,

Renato Silva, Pedro Brito, Alisson Castro, Elias Filho e Júnior Jaber; do Instituto Federal do Sudeste de Minas: Valdir Silva, Sebastião Oliveira, André Diniz, José Alves, André Narvais e Atualpa Oliveira; e do Instituto Federal de Minas Gerais: Joel Martins e Rodrigo Reis. Será que esqueci alguém? São muitos diretores e pró-reitores. De maneira que agradeço também a presença daqueles que colaboram nas unidades para o bom funcionamento dos nossos institutos. Então, fica aqui os meus cumprimentos e agradecimentos pela presença de todos.

Presidente Dalmo Ribeiro Silva, os institutos cumprem um papel muito importante no País. O vídeo a que acabamos de assistir mostrou, de uma maneira bastante objetiva, como os institutos são importantes instrumentos da ciência, da tecnologia, da formação profissional e da qualificação dos nossos cidadãos. Então, não poderíamos deixar passar em branco essa reunião solene e essa homenagem aos institutos, quando completamos os 10 anos da Lei nº 11.892.

A Assembleia Legislativa de Minas Gerais, em reconhecimento ao papel importante, sob todos esses aspectos, dos institutos, concede aos institutos federais instituídos em nosso Estado esta homenagem e este reconhecimento.

Em dezembro de 2008, a aprovação da Lei nº 11.892 instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. A legislação permitiu a criação dos institutos federais e, com isso, 31 Centros Federais de Educação Tecnológica – Cefets –, 75 Unidades de Ensino Descentralizadas – Uneds –, 39 Escolas Agrotécnicas Federais – EAFs –, 7 Escolas Técnicas Federais – ETFs – e 8 Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais – ETVs – deixaram de existir para formarem esses institutos. Tais instituições foram criadas para democratizar o ensino profissionalizante – ensino profissionalizante gratuito, de formação técnica, tecnológica e superior de ótima qualidade –, e também promovem a pesquisa aplicada e a inovação tecnológica. Essa democratização se deu pela interiorização dos institutos, com a instalação em centenas de municípios nesses 10 anos. Foi um período marcado pela inclusão. Jovens de localidades antes desassistidas puderam sonhar com o ensino profissionalizante, sonhar e realizar esse sonho. A democratização se deu também pelo aumento das oportunidades, pelo aumento de vagas e de cursos em unidades que contam com professores altamente qualificados.

Durante quase um século, o Brasil contava apenas com 140 unidades de educação profissional, um número muito pequeno se considerarmos as dimensões continentais do País. Hoje são 38 institutos, com 643 câmpus localizados em 568 municípios, mais de 11.200 cursos que vão do nível técnico à pós-graduação e mais de um milhão de estudantes matriculados. Há cerca de 43 mil professores e 34 mil técnicos administrativos.

Temos que ressaltar que a lei que criou os institutos foi sancionada e implementada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Lula, que era metalúrgico com formação técnica no Senai.

Infelizmente, o momento é de alerta. A Emenda Constitucional nº 95, que congela gastos sociais por 20 anos, coloca em risco o funcionamento e a existências dos institutos. Em 2000, o investimento em educação superior no País era de 4,5% do PIB, crescendo para 6,5% em 2015. Com a aplicação da Emenda Constitucional nº 95, esse investimento vai regredir para 5,5% em 2025 e, nos 10 anos seguintes, para 4,5%. Ou seja, será o mesmo investimento dos anos 1990. Isso significa que o investimento poderá cair 35% em 10 anos, o que pode fazer com que muitas unidades venham a fechar as portas.

Os cortes promovidos pelo governo Temer já têm prejudicado o custeio dessas instituições; e têm prejudicado, em muito, a área da pesquisa, que foi reduzida em 60% nos últimos dois anos em algumas instituições. O objetivo já conhecemos: sucatear para privatizar, para entregar barato para o capital privado. Isso vai excluir a possibilidade de os jovens mais pobres ingressarem no ensino profissionalizante.

Não podemos nos esquecer também do pré-sal. Em 2013, a então presidente Dilma sancionou a lei que destinava 75% dos *royalties* do petróleo e 50% do chamado Fundo Social do Pré-Sal para a educação. Seriam R\$360.000.000.000,00 em 30 anos. Porém, tudo isso está indo por água abaixo devido à política entreguista e de desmonte da Petrobras. Com a privatização do pré-sal, o País poderá perder até R\$1.000.000.000.000,00 nos próximos 25 anos por meio das isenções fiscais concedidas às petroleiras estrangeiras.

Por tudo isso, em novembro do ano passado, lançamos aqui na Assembleia a Frente Parlamentar em Apoio aos Institutos Federais e às Universidades Federais. Vamos lutar pela revogação da Emenda Constitucional nº 95 e pela retomada do pré-sal; e não vamos abrir mão de sermos uma pátria educadora.

Boa noite a todos e parabéns aos institutos. Espero podermos, quem sabe na próxima homenagem, fazer outra fala, outra intervenção mais otimista para o nosso futuro.

Antes de encerrar, quero fazer o registro da presença dos professores do Polo Musical e Artes Cênicas da Educação Integral e Integrada de Barbacena e agradecer a belíssima apresentação, que abrilhantou a solenidade de hoje; do Gustavo Gastão, presidente da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais – Arsae; e da Maria Thereza Fortes, superintendente de ensino de Barbacena.

No mais, meus amigos, permanecemos vigilantes, permanecemos em luta, permanecemos em defesa dos institutos federais. Obrigado e boa noite.

Entrega de Placas

O locutor – Neste instante, o deputado Dalmo Ribeiro Silva, neste ato representando o presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, deputado Adalclever Lopes, e o deputado Cristiano Silveira farão a entrega de uma placa alusiva a esta homenagem aos reitores e às entidades que representam: Kléber Gonçalves Glória, Instituto Federal de Minas Gerais; José Ricardo Martins da Silva, Instituto Federal do Norte de Minas Gerais; Charles Okama de Souza, Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais; Marcelo Bregagnoli, Instituto Federal do Sul de Minas Gerais; e Roberto Gil Rodrigues Almeida, Instituto Federal do Triângulo Mineiro. Todas as placas a serem entregues contêm a mesma mensagem, ressalvadas naturalmente as entidades em destaque. Faremos agora a leitura da mensagem em comum e, em seguida, dos destaques: “Democratizar a educação, levando ensino, pesquisa e profissionalização de qualidade ao maior número possível de municípios brasileiros. Imbuídos dessa nobre missão, os institutos federais, criados pela Lei nº 11.892, de 29/11/2008, integram a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e representam, hoje, um enorme avanço para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil. A história desse projeto voltado à difusão do conhecimento e ao progresso da Nação remonta a quase um século, mas, a partir dessa lei, ele retomou sua importância, tornando-se uma força propulsora da economia do Estado e do País”.

Agora, as devidas ressalvas: “Ao se completarem 10 anos de existência do Instituto Federal de Minas Gerais, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais presta-lhe justa homenagem pelos relevantes serviços prestados à sociedade”.

– Procede-se à entrega da placa.

O locutor – “Ao se completarem 10 anos de existência do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais presta-lhe justa homenagem pelos relevantes serviços prestados à sociedade”.

– Procede-se à entrega da placa.

O locutor – “Ao se completarem 10 anos de existência do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais presta-lhe justa homenagem pelos relevantes serviços prestados à sociedade”.

– Procede-se à entrega da placa.

O locutor – A próxima placa: “Ao se completarem 10 anos de existência do Instituto Federal do Sul de Minas Gerais, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais presta-lhe justa homenagem pelos relevantes serviços prestados à sociedade”.

– Procede-se à entrega da placa.

O locutor – E por fim: “Ao se completarem 10 anos de existência do Instituto Federal do Triângulo Mineiro, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais presta-lhe justa homenagem pelos relevantes serviços prestados à sociedade”.

– Procede-se à entrega da placa.

O locutor – Parabéns a todas as entidades e a seus representantes. Ouviremos agora o Sr. Roberto Gil Rodrigues Almeida, que falará em nome de todos os reitores e entidades que representa.

Palavras do Sr. Roberto Gil Rodrigues Almeida

Boa noite a todos e a todas. Cumprimento a Mesa, especialmente os deputados Dalmo Ribeiro, aqui representando o presidente desta Assembleia; e Cristiano Silveira, idealizador desta homenagem pelos 10 anos dos institutos federais. Gostaria de cumprimentar o deputado Reginaldo Lopes, mas ele está ausente, por ser um defensor dos institutos federais e presidente e fundador da Frente em Defesa dos Institutos Federais na Câmara dos Deputados. Cumprimento também os colegas reitores: Marcelo, do Sul de Minas; José Ricardo, do Norte Minas; Kléber, do Instituto de Minas Gerais; Charles, do Sudeste de Minas. E, ainda, cumprimento Márcio Rosa, subsecretário de Ensino Superior de Minas, os nossos pró-reitores, pró-reitoras, diretores, diretoras, servidores e demais presentes.

Eu gostaria de relembrar o período em que havia uma discussão sobre os institutos federais, há mais de 10 anos, por volta de 11, 12 anos. Na oportunidade, havia uma resistência muito grande à criação de um instituto por estado. Houve uma luta nossa, dos mineiros, e uma crítica muito grande do ministério a esse modelo. E passados 10, 12 anos, hoje nós somos um exemplo para o Brasil, pois o nosso modelo de institutos federais foi o que mais deu certo no País, pela divisão, pelo número de alunos e pela posição que cada um exerce dentro do nosso estado. Aí eu gostaria de trazer alguns números: passamos de 50 municípios, onde existia polo ou unidade de Cefet, das agrotécnicas, para 300 municípios em Minas Gerais; de 13 unidades para 70; de 10 mil alunos para 140 mil; de 100 cursos para 1.350. Essa é a realidade. E digo mais – todos viram o vídeo: a presença dos institutos federais hoje não é só nacional, mas uma representação internacional.

Hoje eu deixei de comparecer a uma homenagem, a uma certificação de 25 sudaneses que estiveram aqui, principalmente em Minas Gerais, no Norte de Minas, no Triângulo e no Sudeste, procurando desenvolver o estudo técnico daquele país. Isso é um trabalho que nós, institutos, estamos fazendo.

E mais: temos de ouvir um parceiro do Instituto Politécnico do Porto dizer para o mundo: “essa é a rede que mais cresceu no mundo em tão pouco tempo”, com a qualidade que temos. Falar de institutos federais é dizer de um ensino para as pessoas que necessitam dele. Hoje, a renda *per capita* de 82% dos alunos da nossa rede é inferior a 1,5 salário mínimo. Hoje, mais de 70% dos nossos alunos são do ensino médio integrado, com evasão de menos de 5%.

Nessa comemoração dos 10 anos, como foi muito bem dito pelo deputado Cristiano, tínhamos números favoráveis. Ou melhor, temos números favoráveis, mas, infelizmente, estamos congelados em termos de questões financeiras. O nosso orçamento de hoje é o mesmo de 2013, quando tínhamos em torno de 500 mil alunos, e agora temos mais do que o dobro, cerca de 1 milhão e 100 mil alunos por este Brasil todo.

Sempre gosto de dizer que quando se fala em cortes ou congelamento, estamos falando em menos cursos, menos alunos, em menos oportunidades. Para a nossa rede atender basicamente à necessidade de Minas e do Brasil, não temos apenas de dobrar, mas de quadruplicar o nosso número. Para cada aluno das nossas instituições, no mínimo quatro ficaram de fora. Eu pergunto: esse ficar fora representa o quê? Representa o caos que estamos vivendo. Falta de oportunidade implica marginalidade, tomar outros rumos. E digo mais: a nossa rede, além de ser uma rede gratuita de qualidade, é principalmente uma rede inclusiva, que atende às camadas mais necessitadas e injustiçadas deste país.

No ano que vem comemoraremos 110 anos da nossa rede. Em 1909, Nilo Peçanha criou a rede de *aprendizes* e artífices para os desvalidos da sorte. Tenho a certeza de que hoje a nossa rede federal é para os que têm sorte de conseguir estar dentro dos nossos institutos e poder chegar ao mercado de trabalho com qualidade. E há a verticalização, pois a nossa rede atende desde alunos para um simples curso de Libras, cursos de formação inicial e continuada, até alunos dos cursos técnico, integrado, graduação e pós-graduação. Hoje, temos na nossa rede o maior curso de mestrado do Brasil, a formação de professores do ProfEPT, da rede federal. E

isso muito nos honra, porque ele foi criado dentro das nossas instituições. E não atendemos somente às nossas instituições, mas outras que, com certeza, necessitam do apoio dessa rede federal. Então, é com muita honra que tenho orgulho de fazer parte dessa rede inclusiva, gratuita e de qualidade. Muito obrigado e boa noite a todos.

Palavras do Presidente

Quero saudar e agradecer a presença de todos vocês nesta noite histórica para a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Início saudando e cumprimentando o caríssimo amigo, deputado Cristiano Lula Silveira, manifestando a nossa satisfação de tê-lo como um deputado atuante, que teve a feliz ideia de promover este encontro, esta reunião especial em comemoração aos 10 anos da lei dos nossos institutos. Saúdo vossa excelência. Quero cumprimentar também o caríssimo deputado Reginaldo Lopes, que teve um compromisso, mas esteve aqui. Conheço o trabalho que ele faz para os nossos institutos. Quero cumprimentar o Exmo. Sr. Roberto Gil Rodrigues Almeida, presidente do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e reitor do Instituto Federal do Triângulo Mineiro. Agradeço ao Exmo. Sr. Kléber Gonçalves Glória, reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais; ao Exmo. Sr. José Ricardo Martins da Silva, reitor do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais; ao Exmo. Sr. Charles Okama de Souza, reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas; ao Exmo. Sr. Marcelo Bregagnoli, reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas; e ao Exmo. Sr. Márcio Rosa Portes, subsecretário de Ensino Superior, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Estado de Minas Gerais. Quero agradecer também a apresentação musical dos professores do Polo Musical e Artes Cênicas de Educação Integral e Integrada de Barbacena. Muito obrigado pela honrosa presença.

Antes de ler o discurso do nosso presidente, gostaria, mais uma vez, de compartilhar este momento. Os institutos federais, para esta Casa, têm, acima de tudo, o maior respeito e o maior apreço. Recentemente, neste mesmo Plenário, comemoramos os 60 anos do Instituto Federal de Machado, como também os 100 anos do nosso Instituto Federal de Inconfidentes. Quero saudar o diretor Luiz Flávio, que aqui se encontra, saudando também todos os nossos diretores presentes.

Quero destacar que, desde o primeiro momento em que aqui estamos como deputados, sempre pude ter um olhar muito forte de respeito, principalmente pelo trabalho extraordinário que os institutos federais têm desempenhado na educação do Brasil. Há pouco tempo, por feliz iniciativa também do deputado Cristiano Silveira, participei, como também signatário que sou, do pedido de criação da Frente Parlamentar em Defesa dos Institutos Federais, demonstrando, acima de tudo, o papel importantíssimo deles em todo o Brasil, em toda a Minas Gerais. Isso para nós, magníficos reitores, caríssimos professores, é uma satisfação enorme. Eu, que particularmente resido numa cidade muito próxima de Inconfidentes, Ouro Fino, posso testemunhar o papel angular, o papel extraordinário que hoje esse instituto centenário, como também os outros, vêm representando para a educação do Brasil. Então para nós, para o presidente da Assembleia, para toda a Mesa, para todos os deputados, é uma alegria imensa recebê-los nesta noite histórica em que se comemoram os 10 anos da lei que deu, acima de tudo, esse passaporte fantástico, que é a credibilidade ao trabalho de todos vocês.

Então, quero celebrar com todos os diretores, professores e área administrativa essa alegria enorme pela feliz iniciativa do nosso caríssimo deputado Cristiano Lula Silveira. E, não poderíamos também deixar de colocar, mais uma vez, o Plenário e a Assembleia Legislativa à disposição de todos os caríssimos diretores, de todos aqueles que, com certeza, têm feito essa educação com excelência de qualidade.

O deputado Cristiano Silveira – Gostaria de pedir a V. Exa. uma questão de ordem. Mesmo considerando que há um *script* do cerimonial, dada a relevância e a importância do evento para a comemoração dos 10 anos da lei que institui os institutos federais, queria pedir a V. Exa. que, antes de ler a mensagem do presidente, pudéssemos ouvir os demais reitores, para que possam falar um pouco. Cada unidade tem uma realidade. Em que pese os problemas serem muito comuns e haver um escopo de circunstância

nacional, acho importante ouvirmos os demais reitores neste momento relevante de comemoração dos 10 anos dessa lei. Consulto V. Exa. sobre se pode permitir a abertura dessa exceção.

O presidente – Perfeitamente, não é exceção. O cerimonial me informou que o reitor falaria em nome de todos, mas é um prazer imenso ouvir todos os pronunciamentos. Fica franqueada a palavra aos magníficos reitores.

Palavras do Sr. Kléber Gonçalves Glória

Primeiramente, boa noite a todos. Quero cumprimentar a Mesa e agradecer, inicialmente, ao presidente da Assembleia, que não está presente, deputado Adalclever Lopes, a possibilidade de estarmos aqui comemorando esta data tão importante para os institutos federais de Minas Gerais. Quero agradecer-lhe a gentileza de ter aceitado a iniciativa do nosso deputado Cristiano Silveira, que conheço há mais tempo. Sei que é um defensor dos institutos. Queria, de antemão, deputado, agradecer não só a defesa que faz dos institutos, como também esta oportunidade que me dá aqui de também falar como reitor de um instituto federal.

Cumprimento os colegas reitores dos institutos federais de Minas, em nome do professor Gil, que é o presidente do Conselho Nacional dos Institutos Federais, do Conif. Cumprimento também nossos colegas diretores, pró-reitores e, em especial, os do IFMG. Cumprimento todos os colegas diretores de todos os cinco institutos de Minas aqui presentes. Tenho um carinho muito grande por esses institutos. Também participei da criação dos institutos de uma maneira geral, não só do IFMG. Em 2008, participei de um grupo de 10 gestores da rede: dois eram do conselho das escolas agrotécnicas; eu era do Coneaf, e havia oito do Coocefet. Então, participei da criação dos institutos. Fico satisfeito. Participei ativamente da criação do IFMG e de outros institutos. Acredito que outros que tenho visto aqui participaram, não só do IFMG mas também de outros institutos.

Acho que foi muito bem exposta pelo nosso presidente, professor Roberto Gil, a importância dos institutos, o crescimento dessa rede. Alguns números foram colocados. Além disso, outros números serão mostrados pelos demais colegas reitores. Gostaria de enfatizar aqui, sendo breve, pois foi uma exceção à regra da Casa, que além de toda a importância do trabalho desses institutos no ensino, pesquisa e extensão, há também o lado social, o crescimento que proporciona não só às comunidades e a todos os municípios que abrangem esses institutos e seus respectivos câmpus. Há também o crescimento pessoal. Sou um exemplo vivo dessa questão. Sou oriundo dos institutos. Sou oriundo da Escola Agrotécnica Federal de São João Evangelista, da qual tenho muito orgulho. Estar hoje como reitor de um instituto federal, tendo um passado como estudante, como técnico-administrativo, posteriormente docente, causa-me muito orgulho. É apenas um dos muitos exemplos que temos de pessoas de origem humilde que começaram nos institutos e que conseguiram avançar.

Acredito que essa política acentuou ainda mais esse caráter social, a partir da criação dos institutos, no final de 2008. Seja com maior ou menor grau, mas a comunidade, a sociedade como um todo, vem apoiando a rede federal. Então, sendo breve, queria dizer isso. Gostaria muito que, nesta Casa do povo, tivessem mais representantes aqui do nosso povo prestigiando esse projeto, que talvez seja um dos mais importantes de alcance social do nosso país. No mais, muito obrigado a todos àqueles que vieram. Boa noite!

Palavras do Sr. José Ricardo Martins da Silva

Boa noite a todos. Queria saudar o deputado Dalmo Ribeiro, 2º-vice-presidente desta Assembleia Legislativa, e estender os cumprimentos ao nosso presidente Adalclever Lopes; o nobre deputado Cristiano Silveira, que, com muita sabedoria, fez esse requerimento de comemoração dos 10 anos da nossa Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; o nosso amigo Márcio Portes, subsecretário de governo. Além disso, os nossos colegas reitores: Charles Okama, do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais; Kléber, do Instituto Federal de Minas Gerais; Roberto Gil, do Instituto Federal do Triângulo Mineiro; e Marcelo Bregagnoli, do Instituto Federal do Sul de Minas; todos os nossos amigos, colegas, gestores, servidores. Quiçá houvesse alunos aqui, que é o bem maior dessa instituição, que são os institutos federais aqui presentes. Não sei se há algum representante. Estendemos também as nossas saudações à comunidade civil organizada que ora nos assiste nessa rede de televisão; e ao pessoal da banda que, magistralmente, nos conferiu a cantoria do Hino Nacional.

Meu nobre deputado Dalmo Ribeiro, gostaria de falar sobre algumas coisas um pouco mais localizadas. Minas Gerais foi gigante na criação de uma Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica bastante articulada. Por isso temos cinco institutos federais. Hoje, na rede, vemos vários problemas de ordenamento. Isso não quer dizer que Minas Gerais esteja satisfeita, porque, conforme sabemos, necessita de mais ações em muitas localidades. Aqui, neste momento, não falo do Norte de Minas Gerais, mas do instituto federal, da metade de Minas Gerais. Os meus colegas sabem disso. Estamos numa extensão de uma área de abrangência que vai de Nanuque até Formoso, no Noroeste de Minas, que são quase 2.000km, com uma população para ser alcançada de quase quatro milhões de pessoas. Estamos lá lutando o tempo todo, deputado, e tentando levar para todos os rincões o que o Roberto Gil e o Cristiano disseram aqui com muita sabedoria, que foi o objetivo dessa maravilhosa rede criada pelo nosso presidente Lula. Isso é um trabalho árduo o tempo todo e exige muito desses gestores que estão aqui, exige muito de todos nós.

Queria, presidente Dalmo, que V. Exa. estendesse um pedido a esta Casa Legislativa, composta, se não me engano, de 77 deputados estaduais, pois precisamos muito do apoio deles. “Ah, mas é federal, não sei o quê, são os deputados federais”. Não. Vocês são o elo entre nós, o governo federal, os prefeitos e os vereadores, o tempo todo. Os nossos institutos estão o tempo todo recebendo prefeitos e vereadores, cada um querendo um câmpus presencial e algo para funcionar na sua região, porque fomos criados, trabalhamos e nos tornamos excelência.

Somos uma coisa que deu certo. E muito certo para este país! É inadmissível que qualquer governo pense que trazemos custos e gastos para o governo. É inadmissível que um país em que 50 milhões de jovens, praticamente 25 milhões de jovens de 17 a 25 anos, não consigam terminar o ensino médio, não têm oportunidade. Sabemos que ainda não somos representatividade em nosso país. As nossas matrículas, infelizmente, correspondem a um pouco mais de 1% de toda a necessidade do País, mas estamos tentando. Todos esses gestores aqui presentes trabalham muito para sermos referência, para sermos o ideal de educação que o Brasil e o mundo lá fora está reconhecendo.

Deputado, estenda para os 77 colaboradores desta Casa Legislativa essa angústia que vivemos hoje, em nosso país, em que se mudou um governo, há dois anos, e nada mudou na política econômica. Sabemos que um país não se quebra do dia para a noite; um país não se conserta de um dia para a noite. Temos que ter muito cuidado, muita calma na condução dessa política econômica do nosso país e os senhores são a nossa representatividade maior para tentarmos procurar um denominador, um caminho que leve à solução.

Os institutos federais, conforme é provado, é sabido, são a metodologia de ensino para os nossos jovens de qualquer idade, os nossos jovens garotos do ensino básico, do Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro, os nossos jovens velhos adultos de 60 anos, 70 anos, do Mulheres Mil e todos os outros programas que implantamos neste país. Minas Gerais mostrou sua competência no momento em que se alinharam – e continuamos bastante alinhados – esses cinco reitores e o diretor do Cefet Minas na condução dos trabalhos da educação profissional e tecnológica em Minas Gerais. Somos bastante alinhados, conversamos muito e não temos problema algum de fronteira ou de espaço. Somos bastante decididos, porque conversamos bastante e sabemos o rumo que queremos dar a nossa política de educação profissional e tecnológica.

V. Exa. deputado Dalmo Ribeiro Silva, querido e estimado, estenda isso. Fale para os deputados desta Casa e para os deputados correligionários federais – são 54 na Câmara Federal – que nos ajudem. Que nos ajudem! É impossível continuar tocando essas nossas instituições, com essa metodologia que se apresenta no atual governo, a metodologia que se apresentou com a aprovação da Emenda Constitucional nº 95. Sabemos disso! Estamos fadados ao fechamento ou outra coisa difícil que pode acontecer. Sabemos que esse não é o caminho. Todos sabemos as instituições de excelência que somos. Procurem os nossos homens, conversem com eles, assistam a esse excelente vídeo e vejam a importância dessa rede.

O Norte de Minas Gerais, o Noroeste de Minas Gerais, o Vale do Mucuri e o Vale do Jequitinhonha precisam muito dessa instituição. Fomos os únicos que tivemos coragem de sair das amarras da metrópole, das garras da capital para nos empenharmos no

sertão. Chegamos à Mata Verde, no Baixo Jequitinhonha e colocamos um polo de educação a distância. Esse foi um dos caminhos que achamos para incluir as pessoas da região. Estendam isso. Realmente, esse é um discurso de coração, porque sabemos disso. Por favor, defendam-nos! Repassem para o Adalclever Lopes, para todos os 77 deputados desta Casa Legislativa, o quanto somos importantes, o quanto o apoio de vocês é necessário, e cheguem à bancada dos deputados federais mineiros, que estão tentando nos ajudar. Essa amarração é uma complicação. Ao se falar de educação, não pode haver amarração. Tem que chegar logo, achar um caminho e ir embora.

É isso aí, é o que eu queria expressar a vocês. Os institutos federais de metade do Estado de Minas Gerais agradecem a presença de todos e estão à disposição para que os rincões das gerais de Minas respondam a toda demanda que o Estado queira colocar em nossas mãos. Obrigado aos senhores e às senhoras.

Palavras do Sr. Charles Okama de Souza

Uma excelente noite a todas e a todos. Quero saudar o deputado Dalmo Ribeiro Silva, vice-presidente desta Casa, e agradecer ao deputado Cristiano Silveira pela iniciativa desta noite, tão significativa para os institutos federais, na comemoração desses 10 anos.

Quero saudar também os colegas reitores dos institutos de Minas Gerais e os meus companheiros do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais, por meio dos quais cumprimento os demais diretores, pró-reitores, servidores, professores e alunos. Do Sudeste, especificamente, estão aqui hoje os Srs. Sebastião Sérgio, diretor do câmpus de Juiz de Fora; André Diniz, diretor do câmpus de Santos Dumont; Prof. Ataulpa Oliveira, diretor do câmpus de São João del-Rei; Valdir Silva, pró-reitor de Extensão; André Narvaes, pró-reitor de Pesquisa; Prof. José Junqueira, diretor do câmpus de Bom Sucesso; e Prof. Aílton, diretor de Ensino do câmpus de São João del-Rei. Muito obrigado a todos pela presença. Tenho certeza de que os demais estão muito bem representados por vocês nesta data tão especial de comemoração dos 10 anos dos institutos federais.

Vou fazer uma fala breve, apenas para complementar o que os demais reitores já disseram. Gostaria de apresentar alguns números que revelam a magnitude dos nossos institutos federais, especialmente em relação a algo que nos tem preocupado muito, que é a questão orçamentária e financeira dos nossos institutos. Todos sabemos que os institutos federais estão em processo de expansão e transformação. São instituições que transformam vidas e, a todo momento, temos de manter o discurso de que a política realizada com a criação dos institutos federais é uma política de Estado, não de governo. Não é qualquer governo que entrar que vai poder mudar a concepção e a missão dos institutos federais. Já presenciamos muitas lutas e discussões nesta Casa, e temos de ter o marco desta data para anunciarmos para toda a comunidade que, por meio de todos nós, esses institutos devem permanecer lutando sempre. Sendo política de Estado, não se pode alterar essa concepção de uma instituição que transforma cada vez mais vidas.

Para dar uma ideia, no orçamento de Minas Gerais, hoje, como política de Estado, temos investimentos, e não gastos. Então, só em Minas, investimos, com a nossa política de pessoal, aproximadamente R\$1.500.000,00. Para a capital, só em 2017, tivemos um investimento de R\$77.000.000,00. O custeio, que é algo que financia não só o funcionamento das nossas instituições, mas também ações de ensino, pesquisa e extensão, que são o diferencial das nossas instituições, está por volta de R\$254.000.000,00. São gastos que revelam a magnitude dessa concepção que transforma vidas. Para que tenham ideia, no orçamento de 2017, a proposta para o custeio das instituições, no âmbito federal, era em torno de R\$3.900.000.000,00, e nosso orçamento ficou em torno de R\$2.500.000.000,00. Daí, começamos a pensar que, numa política de Estado em expansão, uma redução dessa natureza pode, sim, atrapalhar qualquer missão institucional prevista na Lei nº 11.892. E aí é uma luta nossa. E, como o Zé Ricardo disse, sim, todos nós aqui, os deputados e os senadores somos responsáveis pela luta de manter isso que vai trazer o desenvolvimento e o crescimento desta nação. Se o discurso é que a educação transforma, então que lutemos pelos institutos federais, porque, por meio deles, veremos cada vez mais jovens ascendendo em sua vida profissional. Haverá uma mudança de vida, o que vai trazer uma mudança cultural para

todos nós. Então, mais uma vez, obrigado por esta oportunidade. Saímos daqui com o espírito crítico para que possamos, a cada dia, lutar pelos institutos federais. Muito obrigado e uma boa noite a todos.

Palavras do Sr. Marcelo Bregagnoli

Boa noite a todos e a todas. Ficar por último é isso: não há muito o que acrescentar. Fui anotando algumas considerações. Antes de fazê-las, porém, quero saudar o deputado Dalmo Ribeiro Silva, presidente desta sessão solene e conterrâneo do Sul das Gerais, e o deputado Cristiano Silveira, líder da bancada em termos de educação profissional, quando se fala dessa frente ampla que estamos colocando. Quero também fazer uma saudação aos meus colegas magníficos reitores presentes e ao Sr. Márcio Portes, subsecretário da rede federal, representando o governo do Estado. Quero ainda fazer uma saudação especial a todos os servidores presentes, diretores-gerais, pró-reitores, coordenadores, meus colegas e amigos do Sul de Minas, os 40 valentes que saíram do Sul das Gerais para estar hoje contemplando este momento de celebração.

Hoje é um dia muito importante e, por isso, deputado Cristiano Silveira, agradeço, mais uma vez, esta indicação, esta justa homenagem, neste momento pelo qual passamos por desesperança. Eu não me refiro ao futebol, podem ficar tranquilos; não falo sobre o nosso péssimo futebol apresentado no último domingo; falo de uma desesperança em termos de futuro da Nação, quando vemos uma política governamental indicando que a educação e, sobretudo, a educação profissional não são prioridades. Ouvi tudo que foi dito pelos que me antecederam, em termos de orçamento. Eu me refiro, sim, ao orçamento porque ele é uma mola propulsora para que realmente executemos as nossas ações, como foi bem falado pelo Charles. Sem recurso, nós não temos ensino amplo, não temos pesquisa aplicada, não temos extensão e, sobretudo, extensão tecnológica.

Então, este momento é para celebrar, sim, os 10 anos de criação dos institutos federais, porque nós, como rede federal, empoderamos as pessoas com aquilo que há de mais valioso: o conhecimento. A nossa função, enquanto profissionais da educação, é levar esse algo a mais de esperança e de oportunidades às pessoas. Foi boa a citação do presidente do Conif: mais de 80% dos nossos alunos sobrevivem com menos de um salário e meio. Eles têm uma renda *per capita* média de menos de um salário e meio, e é justamente esse povo que precisamos atender. Para estabelecer isso, precisamos ter o financiamento do governo e parcerias. Cito um exemplo do índice socioeconômico dos nossos alunos, completando o que ele já disse. O índice do nosso aluno, em uma escala de 0 a 10, é 4.1. Quando atendemos o jovem adulto do Proeja – assim nos referimos a esses alunos –, esse índice cai para 3.1, em uma escala de 0 a 10, mostrando o quanto vulnerável ele é em termos socioeconômicos.

Acrescento algo mais, já que falamos na Emenda Constitucional nº 95: esse limite orçamentário vai afetar diretamente o valor da assistência estudantil, e isso faz o diferencial em termos de ações.

Portanto, nossa demanda, nos últimos anos, aumentou consideravelmente devido aos números relatados aqui por eles, e tivemos um congelamento desse valor de 2015 para cá. Ou seja, temos um público muito maior para atender, mas com um recurso estagnado. Isso é preocupante, uma vez que há uma tendência grande de o valor de capital zerar e ficarmos com recurso somente de custeio.

Quem sabe conseguiremos sobreviver nesse momento por meio dessas parcerias, como bem dito aqui pelo Zé Ricardo. Acho que os institutos, em Minas Gerais, são exemplos de parceria. A criação de cinco instituições em Minas dá um certo fôlego, um gás em termos de defesa, porque cada um atua em sua região. Vou citar o Sul de Minas, onde temos 178 municípios e conseguimos fazer o atendimento de 42 mil alunos pontualmente.

Portanto, já dizia a presidenta Dilma, pessoa muito importante que passou pelos institutos federais valorizando nossa atuação: é fazer mais com menos. Ela fez essa profecia, mas não contava que o momento seria tão crítico. Estamos fazendo muito, muito mais, com muito, muito menos. Essa é a realidade pela qual passamos.

Só para citar um exemplo qualitativo da rede federal – e poucos sabem disso quando se fala em qualidade: se a rede federal fosse considerada um país, seríamos o 2º país em leitura do mundo, só perdendo para a cidade-estado de Cingapura, e o 11º país em

termos de ciência. Ou seja, trabalhamos muito com qualidade. Quando se fala em educação pública, gratuita e de qualidade, é exatamente isso. E sem considerar o nosso grau de empregabilidade. Ainda não detalhamos isso, é um trabalho que temos de fazer. O Kléber até já fez um pré-projeto por meio da Setec – é um observatório, não é, Kléber? Com isso, poderemos estimar o quanto fazemos diferença em termos de empregabilidade e em termos de mundo do trabalho para os nossos alunos, sem contar com outras ações paralelas. Minas, por exemplo, tem dois polos de inovação: um em sistemas automotivos e outro em agroindústria cafeeira. Somos exemplo de adesão em quase todos os programas governamentais, porque entendemos que, aderindo a esses programas, independentemente do governo, estamos levando mais educação.

Cito um número de Minas para fechar essa análise: somos 9 mil servidores efetivos no Estado, dentre 5 mil docentes e 4 mil administrativos, e mais de 10 mil colaboradores quando se leva em conta os terceirizados, os bolsistas e os estagiários. Isso, deputados Cristiano Silveira e Dalmo Ribeiro Silva, é só para fazer uma análise da abrangência dos institutos federais em Minas Gerais.

Por fim, queria fazer um convite a todos. Mais uma vez, Minas está se destacando: em 2020, receberemos o maior evento de educação profissional do mundo, o IV Fórum Mundial de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Minas Gerais o sediará com a atuação de todas as instituições – não só dos cinco institutos federais, mas também do Cefet. Estaremos na organização desse grande evento, que espera receber de 20 mil a 30 mil participantes.

Fica aqui o meu recado e esse convite. Gostaria de saudar todos neste momento, que é importantíssimo. Espero que vocês levem essa reflexão: o que seria de Minas Gerais sem a criação da Lei nº 11.892, sem a criação dos institutos federais? Boa noite a todos. Fiquem com Deus.

Palavras do Presidente

Antes de dar continuidade a esta reunião, gostaria, em primeiro lugar, de parabenizar o nosso dileto deputado Cristiano Silveira, que teve a felicidade de abrir espaço para ouvirmos todos os reitores e o que têm a dizer neste momento tão importante para nós. Quero também agradecer a fala de V. Exas.; é muito importante conhecer um pouco da realidade de cada região, de cada instituto.

Quero dirigir-me diretamente ao magnífico reitor José Ricardo, que manifesta realmente a participação desta Assembleia Legislativa, com seus 77 deputados, de todas as regiões. A Casa é plural, e a bancada do Norte de Minas é muito forte e poderá nos ajudar para termos êxito nessa nossa empreitada.

Quero ainda, publicamente – e tenho certeza de que também o deputado Cristiano Silveira –, falar da LDO, com prazo até quinta-feira, e propor fazermos uma emenda para os institutos federais de Minas Gerais, em homenagem a esses 10 anos. Tenho certeza de que o deputado Cristiano Silveira e os outros deputados vão destinar, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, essa janela para o orçamento do ano que vem. Fica aqui o nosso compromisso e o do deputado Cristiano Silveira.

Pronunciamento do nosso presidente: “É com muita satisfação que a Assembleia Legislativa de Minas Gerais comemora os 10 anos de vigência da Lei nº 11.892, de 2008, que criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Em nosso estado, os institutos que integram a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, como os de Minas Gerais e do Triângulo, bem como os do Sul, Sudeste e Norte de Minas Gerais, em seus vários câmpus, têm realizado um extraordinário trabalho. Eles promovem a educação científica e tecnológica de excelência, por meio das atividades de ensino, pesquisa e extensão. De fato, milhares de estudantes egressos dessas instituições foram incluídos com rapidez no mercado de trabalho, contribuindo, assim, para melhorar a qualidade de vida da população. Sem dúvida, essa primeira década de vigência da Lei nº 11.892 contribuiu para a formação de trabalhadores e cidadãos comprometidos com uma sociedade menos desigual e mais autônoma, destacando, também, o saudável processo de interiorização dos câmpus. Em tempos que desafiam nossa sociedade, compartilhamos a certeza de que é necessário investir cada vez mais no ensino profissionalizante, sempre destacando seu empenho em alcançar resultados ainda mais notáveis. Muito obrigado”. Esta é a mensagem do deputado Adalcleber Lopes.

Quero, mais uma vez, cumprimentá-los e agradecer-lhes muito a presença. Saúdo novamente o autor do requerimento, deputado Cristiano Silveira. Agradecemos a presença dos magníficos reitores e colocamos, desde já, a nossa Assembleia Legislativa à disposição de todos. Muito boa noite. Muito obrigado.

Apresentação Musical

O locutor – Ouviremos agora, os professores do Polo Musical e Artes Cênicas da Educação Integral Integrada de Barbacena, que apresentarão as seguintes músicas: *Carinhoso*, de Pixinguinha; *Apesar de você*, de Chico Buarque; e *Bella Ciao*, de Pippo Pollina.

– Procede-se à apresentação musical.

Encerramento

O presidente – A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, dia 19, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada foi publicada na edição do dia 19/6/2018.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 6/6/2018

Às 15h30min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Antônio Jorge, Gilberto Abramo e João Leite (substituindo o deputado Dilzon Melo, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Antônio Jorge, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 11.982/2018, do deputado Antônio Jorge, em que requer seja realizada audiência pública para debater as perspectivas da prevenção ao uso de drogas, especialmente no que se refere a adolescentes e jovens, tendo em vista a Semana Nacional de Prevenção às Drogas, cujo tema em 2018 é “A vida é a sua melhor viagem”;

nº 12.034/2018, do deputado Antônio Jorge, em que requer seja realizado evento, em parceria com o Município de Contagem, para a realização da Semana Nacional de Prevenção ao Uso e Abuso de Álcool e Outras Drogas;

nº 12.111/2018, do deputado Antônio Jorge, em que requer seja realizada audiência pública para conhecer e debater a política de prevenção e recuperação da dependência química nas colônias de hanseníase do Estado;

nº 12.149/2018, do deputado Antônio Jorge, em que requer seja realizada audiência pública no Município de Itajubá para debater o cenário atual da política sobre drogas no município.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de junho de 2018.

Antônio Jorge, presidente.

ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS MULHERES NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 18/6/2018

Às 14h12min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Marília Campos, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento

Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a luta antimanicomial sob a perspectiva do movimento feminista. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Melissa Oliveira, psicóloga, pesquisadora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro – Uerj – e organizadora do livro Luta Antimanicomial e Feminismos: discussões de gênero, raça e classe para a reforma psiquiátrica brasileira; Clotilde Aparecida Nunes Andrade, representante da Comissão de Mulheres e Questões de Gênero do Conselho Regional de Psicologia – CRP; Marta Soares, ativista da luta antimanicomial e referência para a Experiência do Suricato; Eliane de Souza Pimenta, psicóloga da Rede de Saúde Mental de Contagem e coordenadora do Curso de Psicologia da UNA-Barro Preto; Ana Marta Lobosque, médica ativista da luta antimanicomial e psiquiatra do Centro de Referência em Saúde Mental Infantil da Criança e do Adolescente – Cersami; e Lourdes Aparecida Machado, presidenta do Sindicato dos Psicólogos de Minas Gerais e coordenadora da Comissão Estadual da Reforma Psiquiátrica. A presidência na qualidade de, autora do requerimento que deu origem ao debate, passa tecer as suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra às convidadas, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de junho de 2018.

Marília Campos, presidente – Celise Laviola – André Quintão.



EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 10h30min do dia 25 de junho de 2018, destinada a homenagear a Rádio Clube de Campo Belo pelos 70 anos de sua fundação.

Palácio da Inconfidência, 22 de junho de 2018.

Adalclever Lopes, presidente.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 21/6/2018, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Luciana de Ramos, padrão VL-22, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Magalhães;

nomeando Darci Santos de Freitas, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

nomeando Edson Alves dos Santos, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

nomeando Felipe Paiva Prates Rodrigues, padrão VL-35, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

nomeando Gilmar Dornelas de Souza, padrão VL-22, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Magalhães;

nomeando Kécia Maria de Carvalho, padrão VL-9, 6 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Vice-Presidência;
nomeando Maria de Fátima Ferreira Viana, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Vice-Presidência.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 51/2018

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 102/2018

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 6/7/2018, às 10 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a aquisição de licença do *software Abbyy FineReader 14*, edição Brasil (perpétua).

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados prefiram, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 22 de junho de 2018.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.



ERRATA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 22/6/2018, na pág. 52, onde se lê:

“Wellington José Nunes Cesário”, leia-se:

“Wellington José Nunes Cezario”.